Mostra Científica

FACULDADE CATHEDRAL

A ATUAÇÃO DA AUTORIDADE POLICIAL NA PRESERVAÇÃO DA CADEIA DE CUSTÓDIA DE PROVAS DIGITAIS

Derick Gabriell Mota Brito
Acadêmico na Faculdade Cathedral do Curso de Direito.
Email: motaderick791@gmail.com

Cláudio Belmino Rabelo Evangelista
Prof. Me. Orientador na Faculdade Cathedral do Curso de Direito
E-mail: cbelmino@yahoo.com.br

O presente artigo possui como objetivo geral analisar a atuação da autoridade policial na preservação da cadeia de custódia de provas digitais, identificando os principais desafios práticos enfrentados e propondo procedimentos técnicos e jurídicos essenciais para garantir a integridade, autenticidade e admissibilidade desses elementos probatórios no processo penal brasileiro. O marco teórico que sustenta o estudo baseia-se nas inovações legislativas trazidas pela Lei nº 13.964/2019, conhecida como Pacote Anticrime, que inseriu o instituto no Código de Processo Penal, especificamente nos artigos 158-A a 158-F, além de utilizar as normas técnicas da ABNT NBR ISO/IEC 27037:2013 e conceitos doutrinários sobre volatilidade e imaterialidade da evidência digital. A metodologia empregada é de natureza qualitativa, com fins exploratórios e descritivos, aplicando o método dedutivo através de pesquisa bibliográfica e documental em legislações e jurisprudências do Superior Tribunal de Justiça. Os resultados obtidos indicam que a autoridade policial, atuando como primeira interventora na cena do crime, enfrenta graves obstáculos estruturais, como a falta de equipamentos adequados, e déficits de capacitação técnica específica. Constatou-se que a inobservância dos protocolos legais e a ausência de ferramentas de autenticação, como o código hash, podem acarretar a quebra da cadeia de custódia. Consequentemente, isso resulta na inadmissibilidade da prova digital, gerando nulidades processuais e comprometendo a eficácia da persecução penal estatal. Conclui-se, portanto, pela necessidade urgente de implementação de boas práticas, padronização de condutas e investimentos em tecnologia forense para assegurar a validade jurídica dos vestígios cibernéticos e a segurança jurídica processual no âmbito do sistema de justiça.

Palavras-chave: Cadeia de custódia. Prova digital. Autoridade policial. Pacote Anticrime. Integridade probatória.